

Uma pós-modernidade trágica: a historiografia para além da verdade e da mentira.

Dr. Gabriel Giannattasio – UEL
E-mail: g.giannattasio@uol.com.br
Ms. Guilherme Cantieri Bordonal – Unopar
E-mail: gcb1000@hotmail.com

RESUMO

As considerações apresentadas neste texto partem da compreensão de que hoje a historiografia pode ser tomada a partir de dois grandes níveis ou troncos historiográficos, a saber: um moderno e outro pós-moderno. Não há a pretensão, aqui, de caracterizar ou, antes, apresentar detalhadamente o que se chama de campo historiográfico moderno. Queremos, isto sim, desdobrar e reconhecer as repercussões do pensamento pós-moderno na história.

Palavras-Chave: História das idéias, Teoria da história, Pós-modernidade, História e linguagem.

ABSTRACT

The considerations presented in this paper start from the understanding that today's historiography can be taken from two large trunks or historiographical levels, namely, the other a modern and postmodern. There is no intention here to characterize or, rather, to present in detail the so-called modern historiographical field. We would rather, deploy and see the impact of postmodern thought in history.

Keywords: history of ideas, theory of history, postmodernism, history and language.

As considerações apresentadas neste texto partem da compreensão de que hoje a historiografia pode ser tomada a partir de dois grandes níveis ou troncos historiográficos, a saber: um moderno e outro pós-moderno. Não há a pretensão, aqui, de caracterizar ou, antes, apresentar detalhadamente o que se chama de campo historiográfico moderno. Queremos, isto sim, desdobrar e reconhecer as repercussões do pensamento pós-moderno na história.

O campo de uma historiografia moderna se caracterizaria:

1. Pela não ruptura entre a linguagem e o mundo ou entre as palavras e as coisas, ainda que, a epistemologia moderna não recorra freqüentemente a pura e simples identificação entre a linguagem e o mundo, ela pressupõe, de alguma forma, uma identificação entre o original [o mundo, o real ou o passado] e a cópia [a história]. Trata-se de uma historiografia da representação.
2. Pela busca da verdade [integral, parcial ou cumulativa]; veracidade¹ e verossimilhança ou dos consensos [verdades socialmente aceitas].
3. Pela transcendência do método e dos sistemas de avaliação que se alimentam da vocação para a universalidade.
4. Pela ênfase no papel que a história pode desempenhar nos processos de julgamento, a história como tribunal.
5. Pela capacidade do conhecimento em representar o objeto estudado integral ou parcialmente.
6. Pela valorização da prova, das evidências em detrimento das interpretações.
7. Pelo uso de estruturas narrativas explicativas.

Adotando esta estratégia de análise, pode-se agrupar boa parte da historiografia dos séculos XIX e XX num mesmo tronco teórico. Não seria estranho apresentar as afinidades, muito próximas, entre uma historiografia metódica e uma marxista. Uma historiografia rankeana e outra braudeliana. Elas pertenceriam a um só tronco historiográfico moderno, visto que, mesmo divergindo em alguns pontos, mantém a intencionalidade de criar padrões metodológicos transcendentais, ou, dito com outras palavras, há o desejo de prescrever procedimentos que devem ser obedecidos para se chegar a uma representação da experiência vivida historicamente.

O século XIX imprimiu uma série de mudanças na prática historiográfica, dando nascimento, em muitos aspectos, àquilo que se convencionou chamar de uma

¹ Segundo dicionário Aurélio a palavra **Veracidade** significa: "1. Qualidade de veraz; veridicidade, verdade.

2. Apego à verdade". Ainda, segundo dicionário Aurélio a palavra **Verossimilhante**: "Aproximação de uma hipótese à confirmação."

moderna historiografia. Para aqueles que crêem que a modernidade não foi superada, a historiografia contemporânea carrega fortes influências do período. A título de exemplo citaríamos alguns elementos desta permanência, ela se faz ver: no emprego de métodos exteriores ao objeto, sempre almejando a universalidade, na adoção de divisões de períodos históricos fixos articulados por relações de causa e efeito – refere-se aqui à convicção de que o sentido histórico é descoberto e, de que portanto, eles não são múltiplos e construídos –, no uso de conceitos aplicáveis aos mais diferentes objetos e na elaboração de modelos narrativos que privilegiam o emprego de estruturas explicativas².

Em decorrência das modernas exigências, impostas às pesquisas historiográficas, houve a necessidade do aprimoramento de seus métodos. Com a *Escola Metódica* obteve-se novas ferramentas e novas formas de nos relacionarmos com os documentos. Pelas críticas empreendidas por Marx pode-se passar a interpretar a história da humanidade não mais pela providência, mas pelas formas de organizar os modos de produção da sociedade. Essas mudanças foram sendo desdobradas e ampliadas, e, se num primeiro momento, preocupavam-se, principalmente, com os estudos de economia e política, após processos de releituras, suas influências se espriam pelas mais diferentes direções, com uma ênfase, contemporânea, nos estudos culturais. Poderíamos dizer que, do século XIX à pós-modernidade, ampliam-se os espaços de liberdade do sujeito, do historiador até, no limite, à própria dissolução deste. Ainda assim, a historiografia pós-moderna não é o território do *vale-tudo*, ela também tem seu *alto-lá!!* E este se manifesta, de forma mais evidente, sob duas condições:

1. pela compreensão de que todos nós, humanos, somos produzidos pela linguagem antes de sermos produtores dela,

² E mesmo este texto se ressentir das dificuldades de criar ou de empregar outros modelos narrativos. Para aqueles que se formam numa tradição moderna, abandonar os clássicos modelos da linguagem exige um trabalho de constituir-se novamente, reinventar-se. E se pela linguagem nos constituímos no que somos, pela linguagem nos reinventamos. Poderíamos dizer, parafraseando Nietzsche, que criticamos modelos de pensamento incrustados em formas narrativas, empregando, paradoxalmente, as mesmas formas narrativas.

2. pela exigência de um domínio, cada vez maior, que o historiador deve ter sobre seu discurso.

Esses redirecionamentos do campo historiográfico – seja para fins políticos, ideológicos, revolucionários – ofereceram novas possibilidades interpretativas, fomentaram novos métodos para a construção de novas perspectivas sobre o passado. Ainda hoje pode-se perceber as influências, principalmente, epistemológicas destes métodos historiográficos ‘nascidos’³ no século XIX. Enquanto a historiografia do século XX alicerçava suas bases nas influências do século que a antecedeu⁴, outros campos do conhecimento – as artes; a física; a filosofia – e aqui caberia destacar as incursões da filosofia nos estudos da linguagem; bem como, as nascentes pesquisas em torno da teoria da linguagem – foram protagonistas e testemunhos de grandes mudanças. Não se afirma, contudo, que durante o século XX a história não dialogou com outros domínios do saber, no entanto, parece que para manter um certo nível de solidez, aliada a um conservadorismo endêmico, optou por se aproximar de determinados campos do saber em detrimento de outros. Seus interlocutores privilegiados foram as ciências sociais, a geografia, a psicologia aplicada aos estudos dos comportamentos das multidões. Não se cobra aqui, a realização de críticas, ao *metier* do historiador, que poderiam ser feitas partindo dos outros campos do conhecimento – o que poderia ser extremamente conveniente – mas recorrendo às próprias ferramentas da historiografia.

No percurso de sua longa história a historiografia flertou com os mais diversos campos do saber. Tome-se, como exemplo, a sua gênese constitutiva como disciplina, a história encontrava-se umbilicalmente ligada à mitologia e à literatura. A escolha de seus interlocutores, mais privilegiados, é indicativa da resposta à pergunta *o que é a*

³ Faz-se uso, abusivo, do termo ‘nascido’ ciente dos problemas que ele oferece. Se poderia objetar dizendo que tais procedimentos de análise documental já se faziam ver na ‘Guerra do Peloponeso’ de Tucídides ou mesmo, como indica Foucault, na crítica do documento literário formulada por São Jerônimo, como veremos mais adiante.

⁴ Refere-se aqui em particular à chamada Escola dos Annales e não se está desprezando as rupturas por ela promovidas nos estudos históricos. Entretanto, as inovações são mais agudas, evidentes e radicais se examinarmos o fenômeno utilizando unicamente um método comparativo entre duas escolas históricas: a Metódica e os Annales. Ou seja, se examinarmos o fenômeno nos postando no interior do

história? Ela, a história, já estabeleceu afinidades com a teologia – tendo quase sucumbido à ela –, com a economia política, com a psicologia de massas e a sociologia. Hoje, a história, retoma os diálogos com aqueles territórios dos quais se apartou no processo de autonomização: a literatura e a filosofia, mais precisamente, a teoria literária e a filosofia da linguagem.

Na contemporaneidade, este debate não pode mais ser evitado. Não se poderia produzir um discurso historiográfico sem levar em consideração os estudos feitos pelas teorias e filosofias da linguagem. Independente do uso que se queira fazer da história, de quais suportes metodológicos se adote, do objeto que se estude; há algo que se impõe ao historiador: a história opera no campo da linguagem⁵.

História.

Toda história, necessariamente, se dedica ao passado⁶. O historiador transita entre o presente – que elabora problemas, indagações e métodos – e o passado – seu ‘objeto’ de estudo. Mas a história estuda o passado todo? Todo passado pode ser estudado pela história, no entanto, a história não é capaz de dar conta do que passou. Devido a uma necessidade intrínseca ao método historiográfico, deve-se delimitar o que se vai estudar, em qual temporalidade e onde está localizado este objeto. Para tal

campo paradigmático moderno, as transformações são colossais, mas, se nos colocarmos numa posição de exemporaneidade em relação à modernidade, as mudanças são tímidas e pouco expressivas.

⁵ O que se deseja afirmar aqui é que estamos impedidos de, simplesmente, querer repetir a experiência de uma historiografia metódica. Se se quer transmitir fidelidade à narrativa que a história faz da experiência humana, é preciso atualizar o arsenal metodológico, incorporando à ele, respostas aos problemas lançados pela ‘Teoria da evolução das espécies’, pelo nascimento de uma física moderna – refere-se à física einsteniana, teoria cinética dos gases e a física quântica, fenômenos que marcam ‘uma mudança de atmosfera mental’ na expressão de Marc Bloch – pelo surgimento da psicanálise freudiana, pelo nascimento da lingüística sausseriana, enfim, pelo eclosão daquilo que Franklin Baumer denominou ‘triumfo do devir’ como marca exemplar do século XX. Se o século XIX alimentou esperanças de que o devir pudesse oferecer padrões de compreensão dos fenômenos – com esta crença nasceu o historicismo – o século XX anunciou que nem o devir estava à altura de tamanha tarefa: cada devir encerra em si seus próprios padrões.

⁶ Na ordem do discurso aqui enunciado, toda afirmação categórica deve ser tomada mais como uma provocação ao pensamento, do que, como um enunciado irrefutável. Sabe-se que Marc Bloch (2001) afirmou o equívoco presente na idéia de que ‘a história é a ciência do passado’. Entretanto, sabe-se, também, que o destinatário de suas críticas eram os historiadores ‘tradicionais’ ou ‘metódicos’. O que Marc Bloch queria criticar era a idéia de um tempo cronológico [passado] esgotado, como se os fenômenos históricos pudessem ser tomados como que apartados do tempo presente. Ao afirmar a

tarefa, faz-se necessário a opção por vários recortes que trazem algumas preocupações à tona e encobrem outras, as quais são consideradas de menor importância. Desse modo, a decisão do recorte cabe unicamente ao historiador. Entende-se, portanto, que ao executar suas escolhas, o historiador age de maneira parcial. Ele executa um trabalho limitado, arbitrário e inacabado. Diante da totalidade, pressuposta, mas, inapreensível do passado, o historiador comete seu primeiro ato de arbitrariedade: cria seu objeto⁷.

Ao construir a sua pesquisa o historiador formula questões ao objeto que partem do seu presente. Contudo, as respostas não são um segredo guardadas a sete chaves pelo objeto, prontas para serem desvendadas, descobertas ou decifradas; elas encontram-se na construção discursiva feita pelo historiador. Suas respostas são balizadas por uma série de elementos que são criados para ajudar na abordagem dos problemas historiográficos. Diferentemente do que se acreditava – particularmente para aqueles que conferiam à dúvida um valor fundante do saber – as convicções desempenham, no processo de produção do conhecimento, um papel muito mais decisivo. O historiador pós-moderno sabe, antecipadamente, onde quer chegar.

Sendo assim, a historiografia não é capaz de reconstituir o passado, mas produz uma discursividade sobre a temporalidade com a ajuda de documentos e métodos – que são construídos no presente – e, lançam questões e respostas para um passado inacessível total ou parcialmente. Entende-se, portanto, que a história fornece ferramentas que auxiliam a construção de interpretações⁸. Não há a possibilidade de se estabelecer verdades com a história, mas, simplesmente, oferecer interpretações

história como um saber que se dedica ao estudo do passado, toma-se o tempo como um fluxo, um 'continuum', no qual não se sabe exatamente onde termina um e começa o outro.

⁷ Até aqui nenhuma grande novidade, afinal, E. H. Carr já havia anunciado este diagnóstico, através das conferências acerca do que é a história, no ano de 1961.

⁸ "(...) uso o termo 'discurso' (por exemplo, 'ter controle de seu próprio discurso' e 'o discurso da história') no sentido de que ele relaciona a interesses e a poderes as idéias das pessoas sobre a história. Assim, você estar no controle de seu próprio discurso significa ter poder sobre o que você quer que a história seja, em vez de aceitar o que outras pessoas dizem que ela é; (...)" (JENKINS: 2004, p. 109).

capazes de se inserirem nos jogos de saber e de poder⁹. O discurso, inclusive o historiográfico, não consegue ir além dele mesmo.

Real.

Parte-se do pressuposto que num dado momento – do qual não se consegue precisar – algo, que hoje se supõe seja o real, passou a existir¹⁰. Não se pretende com este trabalho marcar tal ponto¹¹. A debilidade desta pretenciosa suposição quer abrigar todo o real numa unidade discursiva afirmando: **isto é o real**. Assim, toma-se a leitura do fenômeno como o próprio fenômeno. A opção, aqui, adota uma outra perspectiva, a saber, chama-se de real a dimensão do vivido, do experimentado e de realidade as múltiplas tentativas de apreensão ou de construção do real através das inúmeras linguagens simbólicas.

Não há como provar, cognitivamente, a existência do que se entende como real. A existência objetiva do real é pressuposta pela racionalidade do homem. O real não se dá a conhecer¹². A tentativa de apreender o passado pelo conhecimento denota um ato de violência, visto que, ao tentar conhecê-lo, produz-se um efeito, ou uma ilusão daquilo que ele já não é mais. A experiência vivida é uma incessante ruptura, na medida em que o real é inapreensível. Experimenta-se o real e não se conhece o real, ele não se manifesta como um efeito capaz de ser conhecido. A única via de acesso que o homem possui para conhecer o real é a linguagem, mas ao construir uma cadeia

⁹ “A verdade é uma figura de retórica cujo quadro de referências não vai além de si mesma, incapaz de apreender o mundo dos fenômenos: a palavra e o mundo, a palavra e o objeto, continuam separados” (JENKINS: 2004, p. 57).

¹⁰ Toma-se o real como expressão do vivido, como se uma tal expressão pudesse existir independentemente das mediações da consciência, das linguagens ou das representações. O real seria a vida na sua manifestação mais crua, a experiência no instante de sua manifestação. Em outras palavras, deseja-se afirmar a preexistência de algo, uma espécie de a-priori, mas, para tanto, se é obrigado a lançar mão de um código nascido a-posteriori – a idéia de real, o conceito de real –, o que promove um dado e decisivo desconforto paradoxal, afinal, se afirma através da linguagem [real] um fenômeno que se quer extra-linguístico.

¹¹ “A idéia de origem como lugar do eterno, do atemporal, do incondicional, valoração metafísica sustentada pela crença em um princípio ordenador, pressupõe a origem como lugar da verdade. (...) a crença de que a verdade se encontra na origem, e de que a partir da busca da origem podemos atingir a verdade, está fundada na tradição religiosa” (MOSE: 2005, p. 31).

¹² “Em outras palavras, e repetindo: a realidade, se ultrapassa a faculdade humana de compreensão, tem como outro e principal apanágio ‘exceder’, e isto em todos os sentidos do termo, a faculdade humana de tolerância” [ROSSET: 2002, p. 20].

lógica de sinais que tenta referir-se a ele [um duplo], nesse exato momento, o real não se faz mais presente. É por ser inapreensível que o real é um pressuposto cognitivo. Este pressuposto só é possível pela construção da linguagem. Ressaltando esta interpretação, Clément Rosset salienta:

Considerar unicamente a realidade equivaleria portanto a examinar um avesso de que se ignorará sempre o direito, ou um duplo de que se ignorará sempre o original do qual é cópia. De tal modo que a filosofia tropeça habitualmente no real, não em razão de sua inesgotável riqueza, mas, ao contrário, de sua pobreza em razões de ser que faz da realidade uma matéria ao mesmo tempo ampla demais e escassa demais: demasiado ampla para ser percorrida, demasiado escassa para ser compreendida. Com efeito, não há nada no real, por mais infinito e incognoscível que ele seja, que possa contribuir para a sua própria inteligibilidade (...)(ROSSET: 2002, p. 14).

Deve-se pontuar a distância desta interpretação para com o racionalismo cartesiano. Na concepção epistemológica deste trabalho, todo conhecimento é produzido por níveis de linguagem e, diferentemente do método cartesiano, não há a possibilidade de se atingir a verdade ou a essência das coisas, mas construir uma linguagem sobre elas, sem contudo, acreditar que esta linguagem produzida mantém laços de fidelidade com o real.

Nesta mesma perspectiva interpretativa, Nietzsche, chama a atenção, em seu texto *Sobre Verdade e Mentira no sentido extra-moral* (2003), para a distância que separa a linguagem do real. Há o mundo – que nos seja permitido este contra-senso – como manifestação extra-linguística. A primeira apreensão que se tem do real é produzida pelos sentidos. Neste momento, é possível perceber que algo existe, mas implica em um equívoco pensar que aquilo que está sendo sentido mantém uma equidade com o objeto original. Trata-se de uma primeira transfiguração do real: o mundo se constituiu em imagem A imagem, por sua vez, se transfigura em som. Até que este se metamorfoseia em palavras e estas, finalmente, em conceitos. O conhecimento, produzido por meio da linguagem conceitual, tem a ilusão de que, mesmo depois de tantas transfigurações e metamorfoses, ainda é capaz de expressar e traduzir o mundo.

Deseja-se indicar, portanto, que há uma distância entre aquilo que se pensa, que se define e que se compreende, e aquilo que se crê existir. A capacidade de apreensão objetiva do real, por meio da linguagem, é conquistada mediante a constituição dos consensos e do esquecimento. É por um ato, ao mesmo tempo, de convenção e esquecimento da convenção, que a representação simbólica passa a ser tomada como expressão da natureza. Não se está aqui afirmando, no entanto, a não existência do real, mas a impossibilidade de conhecê-lo¹³. Para marcar tal posicionamento Nietzsche salienta:

Em todo caso, portanto, não é logicamente que ocorre a gênese da linguagem, e o material inteiro, no qual e com o qual mais tarde o homem da verdade, o pesquisador, o filósofo, trabalha e constrói, provém, se não de Cucolândia das Nuvens, em todo caso não da essência das coisas (1978, p. 48).

A marca entre o real e o conhecimento é a distância. Carlo Ginzburg (2002) pontua este texto de Nietzsche como fundamental para as teorias pós-modernas que incorporaram a chamada “virada lingüística”. Estes movimentos contemporâneos estão conectados com o pensamento anti-natural. Nietzsche está preocupado em romper os laços de relação do homem com a natureza. Não há uma natureza dotada de essência que se oculta numa máscara artificialista e nem um homem capaz de decifrar esses mistérios escondidos. Todo ato de conhecimento é, ao mesmo tempo, momento inaugural de um crime, afinal ele exige, força e violência. Não se é capaz de produzir verdades com o discurso historiográfico, logo não se narra aquilo que aconteceu, pois ao narrar algo, marca-se a ausência do ocorrido. É tarefa inerente ao modo moderno de conhecer, adequar, deformar, ajustar o objeto, ou seja, ordenar o caos. Portanto, as fontes documentais não são um ato de conhecimento do passado, pois, elas próprias já trazem as marcas de uma primeira deformação. No entanto, o sentido do conhecimento é dado pelo acordo social, pelo consenso, pela convenção social. A

¹³ “Não que sejam impertinentes; pois é inegável que a realidade, não podendo ser explicada por ela mesma, é de certo modo para sempre ininteligível – mas ser ininteligível não equivale a ser irreal (...)” (ROSSET: 2002, p. 16).

linguagem produzida não modifica o real, o passado ou a natureza, simplesmente cria novos valores, novas interpretações, novos sentidos.

Assim, atribuir legitimidade ao discurso produzido pela história, como a historiografia moderna faz, intensifica o que Platão quis evitar: acreditar que a representação que o conceito faz do real equivale realmente aquilo que ele é. Desse modo, o discurso científico do século XIX opõe-se a poética artística, a qual priorizando o múltiplo, dá a possibilidade multidirecional. No entanto, para Nietzsche, tanto a linguagem poética quanto à científica, são linguagens.

Tempo.

Num exercício de retórica, em seu texto *O que é o Tempo?*, Santo Agostinho salienta a incapacidade de apreender o tempo. A concepção de tempo ocidental é linear e dividida, a grosso modo, em três partes, são elas: passado, presente e futuro:

Contudo, afirmo com certeza e sei que, se nada passasse, não haveria tempo passado; que se não houvesse os acontecimentos, não haveria tempo futuro; e que se nada existisse agora, não haveria tempo presente. Como então podem existir esses dois tempos, o passado e o futuro, se o passado já não existe e se o futuro ainda não chegou? Quanto ao presente, se continuasse sempre presente e não passasse ao pretérito, não seria tempo, mas eternidade. Portanto, se o presente para ser tempo, deve tornar-se passado, como podemos afirmar que existe, se sua razão de ser é aquela pela qual deixará de existir? (SANTO AGOSTINHO: 2002, p.?).

Santo Agostinho disserta sobre a existência destas temporalidades em um plano hipotético, visto que, o passado já passou, não sendo mais possível retornar a ele ou experimentá-lo pela segunda vez. Logo, todo passado é construído intelectualmente. Continuando seu raciocínio, Santo Agostinho diz que o presente não pode ser apreendido, pois ao tentar executar tal ação, ele já não é mais presente; tornou-se passado. A última temporalidade analisada é o futuro, que possui uma característica essencial – a sua não existência real, pois ainda não existiu.

Santo Agostinho aborda este tema salientando sua característica de uma *instituição humana*, que devido ao hábito de seu uso, muitas vezes, não é analisada vagarosamente, mas simplesmente utilizada de maneira automática. Ao lançar a

questão “o que é o tempo?”, ele não oferece nenhuma resposta definitiva, mas consegue desconstruir a idéia ocidental de linearidade temporal, colocando a impossibilidade de se ter o tempo em qualquer outra instância que não seja abstrata: “Por isso, o que nos permite afirmar que o tempo existe é a sua tendência para não existir¹⁴”. Logo, o tempo existe como um exercício construído intelectualmente pelo homem que, na condição de homem do conhecimento, não habita outro espaço que o da linguagem.

Mas para se ter a percepção de que algo passou é necessário fazer uso da memória. O processo que constitui a memória é o armazenamento de algumas percepções obtidas e o esquecimento de outras. Esta capacidade humana possibilita a construção da percepção de uma permanência, como se algo que ocorreu ou foi observado pudesse se repetir mesmo que no campo imagético. Tal capacidade é a principal característica que difere o homem dos outros animais: possuir uma memória que possibilita a construção de um mundo, que jamais poderá ser encontrado no plano do vivido.

Na *Segunda Consideração Intempestiva*, Nietzsche discute o problema afirmando que esta relação entre memória e esquecimento é fundamental para a constituição do conhecimento, visto que, é somente através da força do esquecimento – na interrupção do registro do vivido – que se abre a possibilidade do homem existir como um animal conhecedor:

Pensem no exemplo mais extremo, um homem que não possuísse de modo algum a força de esquecer e que estivesse condenado a ver por toda a parte um vir-a-ser: tal homem não acredita mais em seu próprio ser, não acredita mais em si, vê tudo desmanchar-se em pontos móveis e se perde nesta torrente do vir-a-ser: como o leal discípulo de Heráclito, quase não se atreverá mais a levantar o dedo. A todo agir liga-se um esquecer: assim como a vida de tudo o que é orgânico diz respeito não apenas à luz, mas também à obscuridade. Um homem que quisesse sentir apenas historicamente seria semelhante ao que se obrigasse a abster-se de dormir ou ao animal que tivesse de viver apenas de ruminação e de ruminação sempre repetida. Portanto: é possível viver quase sem lembrança, sim, e viver feliz assim, como o mostra o animal; mas é absolutamente impossível viver, em geral, sem esquecimento (NIETZSCHE: 2003, p. 09 e 10).

¹⁴ SANTO AGOSTINHO: 2002.

Na perspectiva nietzscheana mesmo tendo o homem criado o conhecimento e a memória como fonte de conhecimento, seria impossível carregar este pesado fardo ininterruptamente. A vida exige, para se manifestar, uma certa dose de esquecimento.

A história como expressão do 'princípio de realidade insuficiente'.

O passado é sempre singular, o universal só existe como fenômeno de conhecimento e manifesta-se através das múltiplas formas de linguagem. Reafirma-se um aspecto já abordado: o fato do passado ser inteligível não significa dizer que ele é irreal. O passado furta-se à toda contradição, assim como, à toda possibilidade de repetição. No processo de pânico aberto pelo encontro, inaudito, entre a consciência e a vida, e, da incapacidade do homem em suportar o real, na sua dimensão essencialmente trágica e dolorosa, desdobram-se duas formas de pensar a existência.

Tem-se, então, dois princípios: o princípio de suficiência do real, pensamento trágico e anti-natural e o princípio de insuficiência do real, pensamento moral e natural (ROSSET:2002).

O primeiro princípio expressa uma ética fundada na crueldade que não quer fazer do pensamento uma espécie de abrigo metafísico. Já, o segundo, quer encontrar no conhecimento um tipo de redenção do mundo, como se o real solicitasse um complemento, um adendo, uma correção¹⁵. Se o primeiro tem consciência do grau de ilusão inerente às formas do conhecimento, o segundo toma a ilusão como o remédio capaz de nos curar da desertificação do real. É preciso curar, sanar, corrigir o real.

Mas, o que interessa aqui é saber como tais princípios se desdobram na história. Ou, como os discursos sobre a história são tomados numa e noutra perspectiva.

Entende-se que os objetos analisados pela história pertencem ao passado. Contudo, enfatiza-se, aqui, a relação de três instâncias que são fundamentais para que o trabalho historiográfico seja produzido. São eles: o real, o passado e a escolha de um objeto. Como já foi dito, o real não se dá a conhecer, o que se tem dele é uma

construção perceptiva no campo da linguagem, o que – diga-se de passagem – submete o real a um certo tipo de violência, pois, ao traduzi-lo em linguagem, o que se perde é exatamente o real. O passado é o real submetido a uma produção imagética do homem, forte o suficiente para dotar o tempo de uma seta, um sentido, dando-nos a impressão de perenidade, de permanência. É a vontade de duração, como salienta Viviane Mosé:

A produção da verdade procede, portanto, da tentativa de criar uma vida onde a mutação, a luta, a contradição, a dor não exista. No entanto, 'se é verdade que toda força somente pode manifestar-se contra resistências, há em toda ação uma dose de dor necessária'. A mudança, o vir-a-ser, implica dor. A dor é constitutiva do processo de materialização das forças. A busca metafísica por duração, através da afirmação da unidade, da identidade, da substância, é a busca por 'um mundo verdade, um mundo em que não se sofra'. (2005, p. 36).

A história seria, desta forma, um enorme esforço para aplacar a dor do vir-a-ser, oferecendo um sentido para a existência. Os modernos crêem que o sentido é dado, os pós, que ele é criado. Os modernos valorizam o conteúdo, os pós, entendem que a forma é também conteúdo; os modernos valorizam o argumento, os pós, o texto; e tomando a historiografia como discursividade poderíamos pensar que os modernos enfatizam, nas chamadas substâncias narrativas, as argumentações sintéticas, enquanto os pós, as argumentações analíticas.

É pela sua incapacidade de abandonar-se ao fluxo contínuo do real, com a tragicidade própria deste, que o homem constrói um sentido do vir-a-ser, forte o suficiente para criar a ilusão de um real que, ao manifestar-se novamente, possa ser corrigido.

Mas, ao selecionar o que deve permanecer, há a construção, a delimitação, o recorte e o esquecimento de uma totalidade que é limitada pela percepção humana. Ao construir a permanência de um objeto faz-se um árduo exercício no qual o homem

¹⁵ Muitos são os exemplos de um tal procedimento. Citaremos um, a fábula 'O reformador do mundo' de Monteiro Lobato. E, perguntamos ainda, já experimentaram abrir a janela da modernidade e observar para onde está lógica reformadora está nos conduzindo?

se torna propriamente humano – a capacidade de imaginar situações para além da realidade.

Contudo, a seleção do objeto é dada ao historiador sob determinadas condições. Essa escolha não pode ser feita arbitrariamente, mas orientada por registros de um real que já se foi. Esses rastros, essas marcas, esses indícios são construídos teoricamente pela história que considera alguns aspectos documentais como suscetíveis ao estudo histórico. Quando selecionados passam a ser tratados como documentos. Logo, o que confere *status* de documento a algo é o conceito que se tem sobre o que deve ser um documento. Depois de selecionado, o historiador passa a analisar o documento, ele – o documento – que já é o resultado de uma leitura, de uma interpretação, de uma construção discursiva sobre algo que já passou e que só pode ser acessado porque está registrado. Desse modo, o documento analisado não tem equivalência com o passado, mas simplesmente contribui para a prática discursiva da história. Logo, a história é sempre uma interpretação da interpretação, uma narrativa da narrativa, uma meta-linguagem.

História e literatura.

A questão do estilo e da narrativa são problemas que tem preocupado o historiador, ainda que marginalmente. Diz-se, marginalmente, visto que, muitos são aqueles que ainda tomam a narrativa como um elemento dado, oferecido ao historiador de fora para dentro, como se ela ainda fosse objeto de reflexão circunscrito às outras disciplinas¹⁶, cabendo ao historiador toma-la como fenômeno dado e aplica-la ao discurso histórico. Muitos, ainda, não compreenderam que a narrativa e o estilo revelam a teoria que se tem da história, revelam a resposta à pergunta o que é história. Pensa-se o estilo e a narrativa como fenômenos ‘naturais’, no sentido de que não cabe refletir sobre. Sabemos que a linguagem nos intoxica com um longo e profundo trabalho de naturalização e cristalização das formas, de tal modo que tudo aparenta ser o que sempre foi. Terrível engano!

¹⁶ Que a teoria e a filosofia da linguagem se ocupem dela, a linguagem, para boa parte dos historiadores ‘a forma’ não compõe seu campo de preocupação.

Tome-se, como exemplo, as relações entre arte e ciência. É também pela linguagem, pelo estilo e pela narratividade que tais relações ganham visibilidade. O historiador Peter Gay, mesmo pertencendo ao cânone moderno, reconhece, na companhia dos grandes historiadores do século XIX, o papel fundamental do estilo na história. Não há, segundo Gay, nestes mestres da história – ele se refere a Ranke, Gibbon, Macaulay e Burckhardt - uma dicotomia entre arte e ciência.

Dentre as várias acepções da palavra estilo, trata-se aqui do estilo literário: ‘o manejo das frases, o emprego de recursos retóricos, o ritmo da narração’ (GAY:1990, p.21).

O estilo é a forma, uma espécie de moldura que torna a aridez científica sedutora, entretanto, o estilo não é ornamento. O estilo como aplicação da retórica ao objeto estudado. Não, diz Gay, não se trata de aplicar modelos narrativos ao objeto tratado. O estilo não é a roupagem do pensamento e sim parte dele. O estilo é forma e é conteúdo. O estilo molda e é moldado pelo conteúdo. Citando Buffon, ‘o estilo é o próprio homem’, (GAY:1990, p.17).

O historiador consciente e competente, diz Gay, ‘irá necessariamente dizer muito mais sobre o período a respeito do qual está escrevendo do que sobre o período em que vive’ (1990, p.30). O estilo deve ser instrumento de decifração do tempo no qual o objeto se encontra inserido. Deve, então, também ele, falar do tempo que se está analisando. O estilo é o próprio homem ‘durante boa parte do tempo’ e a história é arte ‘durante boa parte do tempo’.

É claro que, ainda que Peter Gay reconheça a importância do problema do estilo, ele trata a questão a partir do tronco historiográfico que designamos de moderno. Na perspectiva pós-moderna, se a narrativa histórica não é capaz de transcender a linguagem – ir além dela – e, desta forma, traduzir o mundo, o estilo deixa de ser a metade do problema, para tornar-se todo o problema¹⁷.

Ainda, para Peter Gay, o problema da verdade é o que distingue a literatura ficcional da pesquisa histórica. Se a verdade é a meta para esta última, o espaço de

¹⁷ Ver sobre o tema o texto de Hayden White, *Teoria literária e escrita da história*, publicado pela **Revista Estudos Históricos**, volume 7, número 13 de 1991.

liberdade é muito maior na ficção. O estilo na narrativa histórica é a expressão do esforço em proporcionar prazer sem comprometer a verdade, conclui Gay.

O debate se dá, segundo Gay, entre os 'defensores da beleza com verdade e os defensores da verdade sem beleza' (1990, p.69). O que nos coloca no interior de um estreitíssimo dilema, sem maiores escolhas, ou se é moderno ou se é moderno. A questão aqui é, ou se é moderno com estilo ou sem estilo. 'A história é uma arte durante boa parte do tempo', afirma o historiador alemão ou, dizem os pós-modernos, a história é arte em tempo integral, só que uma péssima arte quando se narra sem ter consciência de ser artista.

Segundo Peter Gay, Carl Becker e E.H. Carr estão entre aqueles que afirmam que o fato histórico não pertence ao mundo do passado, mas tão somente ao espírito do historiador. Carr afirma: 'A crença num núcleo fatural sólido, com existência objetiva e independente da interpretação do historiador, é uma falácia absurda, mas muito difícil de ser erradicada' (1961, p.6). Apresentado, simplesmente, desta forma, poderíamos toma-lo como um precursor da pós-modernidade. Entretanto, neste mesmo texto, Carr afirma algumas páginas adiante: 'O historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. (...) É impossível determinar a primazia de um sobre o outro' (1961, p. 65). Estaríamos assim na seguinte situação, o fato depende da interpretação do historiador e a sua interpretação – do historiador – depende dos fatos. Pois bem, é inegável que haja uma relação de reciprocidade entre fatos e interpretação, mas, nunca uma interdependência absolutamente equilibrada ao ponto de sermos incapazes de dizer para que lado pende o poder na relação¹⁸.

¹⁸ Este ponto mágico do equilíbrio, este grau zero das forças, a partir do qual tudo permaneceria em estado de paralisia, de repouso, é um princípio que não pode ser encontrado em nenhum corpo vivo, em nada que esteja em fluxo, em devir. Ele é contrário, portanto, à natureza e ao pensamento, à exceção das formas utópicas de pensar. É possível uma memória, por exemplo, não atravessada campo hierárquico de forças?

Uma outra versão, contemporânea, do grau zero das forças é a panacéia de uma história democrática, ambas são alimentadas pela idéia de um mundo ideal. Uma história democrática parece ser o outro grande apanágio da contemporaneidade, não só alimentada pela 'revolução' annalista na historiografia, mas, pelos ideais modernos de igualdade disseminados por uma dada perspectiva ideológica contemporânea. Se na academia a história social ganhou ares hegemônicos – não deixando muitos espaços às figurações do singular –, o mito do pioneirismo nas cidades – e dos heróis na história – tem sido cada vez mais recusado em nome de uma democratização dos papéis do herói e do pioneiro. Desta forma quer se democratizar os monumentos, como se a historiografia pudesse ser representada pela

De seu lado, todo esforço de Gay é, exatamente, o de defender esta 'falácia'. Ele não só reconhece um núcleo sólido e objetivo no passado, mas considera-o passível de ser apreendido pelo historiador. Mais que isto a cronologia histórica não é uma construção do historiador e sim uma descoberta, uma ordem que se encontra no passado. Diferentemente de boa parte da historiografia do século XX, Gay assume abertamente seu rankeanismo, não se trata, entretanto, de um rankeanismo envergonhado: 'A famosa vontade de Ranke de contar o passado tal como realmente aconteceu não é uma fantasia fátua nem uma ideologia dissimulada' (GAY:1990, p. 180).

O método para tal empreitada ele próprio aponta: superar as interpretações conflitantes – e não render-se à elas – buscar narrativas convergentes sobre o passado, diminuir o leque de interpretações aceitáveis e oferecer expressividade acurada no estilo. Ou seja, a verdade é estabelecida pelo consenso e o consenso nos remete aos acontecimentos, mas, os acontecimentos (...), ora os acontecimentos são estabelecidos pelo *mass media*. A verdade se rende à publicidade!

Os autores, os leitores e suas obras: a imanência como método.

No dicionário da língua portuguesa, a palavra autor assume as seguintes definições: 'Causa principal de; inventor; fundador; aquele de quem alguém ou algo nasce ou procede.' Os historiadores se relacionam, freqüentemente, com um pensamento que se encontra 'fora' de seu universo próprio de pensar e ver os fenômenos. O problema aqui é saber como estabelecer uma intermediação, um

reunião dos atores históricos e nela deveriam caber absolutamente todos: brancos, negros, pardos, amarelos, indígenas, ricos e pobres. Repete-se ainda uma vez, agora sob um novo formato, a idéia de que o monumento possa ser expressão da totalidade de perspectivas da história. Da mesma forma como se a história total pudesse ser o resultado da somatória das diversas perspectivas historiográficas.

Só num estado de perfeito equilíbrio das forças se poderia imaginar tal possibilidade. Numa espécie de grau zero das forças. Os monumentos foram e são, sempre, a radiografia momentânea de um dado desequilíbrio de forças, ou, como nomeamos anteriormente, um dado estado hierárquico das forças. E quando alguma força vencida passa a figurar na memória dos vencedores é porque ela já não oferece nenhum perigo às forças do poder.

diálogo, que não tome os interlocutores por uma mesma matriz de análise e, ao mesmo tempo, não os tome como se não houvesse nenhuma matriz de análise.

E, os historiadores, trabalham incessantemente no território das interpolações. Há, fundamentalmente, três grandes eixos de interpolações que se apresentam no trabalho do historiador, a saber: a interpolação do historiador com sua própria linguagem, ou ainda, consigo mesmo, a interpolação do historiador com a bibliografia e, por fim, a interpolação do historiador com as fontes. Isto para não adentrar em especificidades de seu trabalho, como, por exemplo, as interpolações com a cultura de seu tempo, as pressões de seu ofício, dentre tantas outras. Neste processo de interpolação pode-se reconhecer hierarquias estabelecidas a partir de campos de maior ou menor liberdade. Da forma como os três grandes eixos de interpolação se apresentaram há uma relação decrescente de liberdade: o historiador tem maior liberdade com sua linguagem e menor com as fontes.

No livro *As palavras e as coisas* (1966), Foucault concluía-o anunciando a morte do homem. Através do homem é o sujeito que está em questão, por uma de suas máscaras, a máscara do autor. Autor, obra e livro passam a ser o objeto de ataque do pensamento foucaultiano.

Foucault, fala do autor num sentido restrito e muito preciso do termo, o autor como produtor de texto, discurso e não em outras acepções: um fotógrafo, um pintor, um escultor, um cineasta ou músico. O autor como proprietário de sua escrita. Como aquele que tem domínio sobre a língua¹⁹.

Nesta perspectiva da abordagem do problema da autoria, a escrita – que se constituía numa das formas do autor projetar-se para além de sua própria finitude – passa, agora, a ter o direito de matar seu agente, ela se torna assassina de seu autor.

A noção de autor constitui momento forte da individualização na história do pensamento. Certamente o romantismo tem uma importante contribuição neste processo de nascimento da figura do autor.

¹⁹ Destes pressupostos foucaultianos derivam outros tantos problemas, tais como: mas não é a língua que escreve o autor? Como, o que é único e singular, se inscreve nas formas da linguagem? O monstruoso pode constituir linguagem?

Mas a palavra obra tem a vocação de indicar a unidade que ela designa. Uma obra só é obra na medida em que ela é atravessada pela unidade e coerência. A coerência é a garantia da unidade. Desta forma, a palavra obra é tão problemática quanto a individualidade do autor.

O que é um autor? pretende dar continuidade ao programa anti-humanista da arqueologia das ciências humanas que anuncia: o homem não é o mais velho problema, nem o mais perene, que se apresenta ao desafio do saber humano. Trata-se de uma invenção recente destinada ao desaparecimento. Tal interrogação já havia sido antecipada em escritores como Malarmé, Joyce, Kafka, Proust e Beckett. Daí seguem inúmeros problemas, abrem-se infinitas perspectivas:

- O nome do autor não é um nome próprio como qualquer outro. O nome do autor é um instrumento de classificação de textos e uma distinção entre eles e os outros. Mas, se há um descolamento entre a linguagem e o mundo, entre conhecimento e passado, o nome do autor é antes de mais nada, a designação de um signo distinto do nome da pessoa. O nome do autor está diretamente ligado à produção de seu discurso. O nome do autor indica a ruptura instaurada pelo discurso, e desta forma anuncia a sua singularidade.
- Na luta contra o que Foucault denominava de 'a monarquia do autor', trata-se não de pensar como o autor, mas com o autor.
- Cada leitura é uma forma mínima de biografia, pela qual não se busca a síntese mas a errância do pensamento, em vez do autor o traço da vida em permanente [des]fazer, em lugar da estabilização e a vontade de perdurar, o reconhecimento da finitude humana.

Tomando a idéia de autor, como manifestação da produção de um livro ou texto, Foucault nomeou quatro características diferentes:

1. Os fios de reciprocidade entre autores e livros, tal livro pertence a tal autor, tal autor escreveu tal livro, se estabeleceu a partir do processo de punição do pensamento por meio de castigos impostos ao autor, como decorrência da transgressividade da obra.

2. Houve um tempo, diz Foucault, que os textos que hoje chamamos de 'literários' eram de domínio público e seu valor era garantido pelo anonimato que resistia ao tempo sem ser esquecido. Diferentemente dos textos científicos, cujo valor de verdade era garantido pelo autor de seu juízo, indícios de um discurso reconhecidamente comprovado. Entre os séculos XVII e XVIII produziu-se uma ruptura e inversão nas figurações do autor. Naquele momento se procede de forma inversa, os textos científicos ganham autoridade exatamente porque não dependem da figura do autor, enquanto os literários exigem sua vinculação à figura de seu criador.
3. Apesar da construção da figura do autor ser contingente e dependente de perspectivas teóricas e temporais [históricas], há um certo fio de continuidade nas regras de construção do autor. Tais elementos de perenidade remontam à gênese da crítica literária, mais particularmente, a exegese bíblica. Por exemplo, como atribuir vários textos e discursos a um só autor? Como estabelecê-lo? São Jerônimo, em *De Viris Illustribus*, apresenta quatro critérios básicos:
 - 3.1. O autor é definido por uma constância de sua obra. Textos considerados inferiores são descartados.
 - 3.2. O autor é definido a partir de um campo de coerência teórica e conceitual.
 - 3.3. O autor é definido por um padrão estilístico.
 - 3.4. O autor é estudado e designado a partir das relações de seu discurso com a conjuntura.

Tem-se aí uma espécie de gênese da crítica documental literária e que inspirou a crítica documental em muitos campos, da filosofia à história. "Os quatro critérios de autenticidade, segundo São Jerônimo, definem as quatro modalidades segundo as quais a crítica moderna põe em acção a função autor" (FOUCAULT:1992, p. 54).

O que Foucault está dizendo é que na gênese da crítica documental moderna se encontra uma teoria cristã de mundo. A obra é expressão da unidade de pensamento do autor. O autor é um, indivisível como a alma. "A partir da figura especular do autor, o leitor torna-se juiz, o poder policial encarregado de verificar a autenticidade da assinatura e a consistência do comportamento daquele que assina." (MIRANDA &

CASCAIS apud PAUL DE MAN:1992, p. 14). A coerência passa a ser um pré-requisito da figura autoral.

De qualquer modo é preciso adotar precauções a esta ênfase nas rupturas. Uma epistemologia fundada na soberania absoluta dos cortes e das intersecções é perigosa. Se Foucault valoriza a arqueologia em detrimento da história, em decorrência da valorização que a primeira empresta aos processos de sedimentação dos tecidos da memória, o risco é transformar o passado num processo de composição autônoma dos tempos, ou dito de outra forma, o perigo de esquizofrenizar a memória, diz-se mais, inviabilizar a memória. Nada mais restaria ao intérprete se não calar-se diante do ontem, pois, toda interpretação expressa a busca de um sentido, de uma seta que atravessa as camadas sedimentadas pelo tempo. Quem sabe o princípio deleuzeano do 'eterno retorno do diferente' não seja uma resposta a esta lógica que trabalha com a oposição dos valores, cabe ao intérprete manter o tensionamento, mais que isto, habitar a sua morada, sem deixar que o fio que une continuidade e ruptura se rompa. Mas, neste caso, deve-se reconhecer que os sentidos são sempre construídos, jamais eles obedecem a um modelo pré-existente. Daí derivam alguns desdobramentos:

1. O 'jovem Marx' e o 'Marx maduro' é um sentido construído por G. Luckacs, existem, para o mesmo autor – Marx – outros sentidos como, por exemplo, o de Karl Korsch. Podemos ter tantos sentidos quantos forem os intérpretes ou, tantos autores reunidos, sob a legenda Marx, quanto forem os analistas.
2. Os sentidos construídos devem estar sempre contaminados pelas cores do devir, os sentidos não podem ignorar as diferenças. Aqui, cabe ressaltar, que o modelo de São Jerônimo absolutiza a tradição, as continuidades, estabelecendo o sentido como uma via obrigatória e de mão única.
3. Os sentidos são sempre provisórios, instáveis e se constroem obedientes à múltiplas variáveis, eles dependem da cultura, no sentido mais amplo do termo.
4. Um bom intérprete é um criador de sentido.

4. Um texto está sempre atravessado por signos que remetem para o autor: os pronomes pessoais, os advérbios de tempo e de lugar, a conjugação verbal. Por exemplo, num romance, o autor é sempre o narrador? O autor escolhe sempre um personagem para ser seu alter-ego?

Os 'grandes autores' seriam, segundo Foucault, os instauradores de práticas discursivas e ele nos dá como exemplos destes grandes, Homero, Aristóteles, Freud e Marx.. Eles produzem regras para novas formações discursivas. Foucault não os toma como autores de um texto ou, unicamente, de suas próprias obras, mas como geradores de discursividade. Seus discursos se transformaram em modelos de discursividade, e ao se constituírem em modelos, abriram caminho para outros discursos diferentes daqueles por eles enunciados. Mas, quais seriam os riscos, contemporaneamente, de se pensar 'os grandes autores' como instauradores de discursividade. Mais precisamente, num mundo dominado e controlado pelo *mass media* a instauração de discursividades e de práticas discursivas não está orientado por interesses de poder muito precisos? O critério de eleição do 'grande' não se torna refém, não da sua capacidade de criar 'novas formações discursivas', mas, da sua difusão?

Pós-modernidade e vale-tudismo: ainda sobre a imanência do método.

Os ataques à pós-modernidade tem partido de várias direções e recorrem à múltiplos argumentos, tais como: os pós-modernos recusam uma dimensão do real, eles crêem que o passado é uma ilusão e são contrários a qualquer método de avaliação do conhecimento. Os intérpretes citados neste texto não autorizam semelhantes afirmações. Sabe-se que o esforço de conduzir ao limite o ponto de vista apresentado por um dado pensamento é uma antiga estratégia da retórica. E muitas vezes este é o artifício empregado.

Afirma-se que para os pós-modernos trata-se de uma espécie de vale-tudo no conhecimento, a tal ponto que os próprios critérios de quantificação utilizados nos sistemas de avaliação e de controle da produção acadêmica, seria um desdobramento do pensamento pós-moderno (WATERS:2006). A idéia é a seguinte: como não há mais

a possibilidade de avaliar o conhecimento, ele só poderia ser mensurado a partir de instrumentos não qualitativos, mas sim, quantitativos. Toma-se, desta forma, os pós-modernos como contrários a qualquer tipo de possibilidade de avaliação, portanto, qualquer tipo de diálogo possível em torno da produção do conhecimento²⁰. Desta maneira os pós-modernos são apresentados como a expressão mais acabada da 'preguiça epistemológica'. Mas, se a resposta que se procura à pós-modernidade passa pela apresentação de critérios transcendentais de avaliação é melhor permanecer, assim, como se encontra agora, com critérios quase que exclusivamente quantitativos.

Acusa-se os pós-modernos de serem negadores da existência de qualquer dimensão ou plano de realidade, e no caso da história, deles serem negadores de uma dimensão temporal que possa ser chamada de passado. Afirmar que o passado, como experiência efetivamente vivida num dado instante do tempo, se situa numa categoria diferente da história, como disciplina que pretende conhecer esta experiência, não autoriza ninguém a afirmar que, para uma tal perspectiva histórica, o passado não exista.

Fato e pós-modernidade

Num texto sintético e extremamente rico em possibilidades interpretativas, sem esquecer que se trata de um conjunto de reflexões publicadas originalmente em 1974, Pierre Nora revitaliza o fato e o acontecimento relegado, até então, a um certo abandono e desprezo pela historiografia dos *Annales* (NORA:1988).

Todo o esforço, Nora se refere à historiografia clássica do século XIX, era fundamentar uma ciência cujo objeto estivesse no passado, uma ciência do passado, desvinculada do presente. Desta forma, a história nasceria da morte de um tempo. Da incapacidade deste tempo morto de comunicar-se com os vivos. Os fatos, como

²⁰ Caberia, aqui, citar o trabalho de Alan Chalmers 'A fabricação da ciência' (1994). Nele o autor traça um diagnóstico sintético das grandes vertentes epistemológicas do século XX, articulando-as em torno de três modelos de pensamento, cada qual, adotando um sistema de avaliação: os neo-positivistas – que defendem critérios universais de avaliação do conhecimento – a epistemologia anarquista – que afirma não haver possibilidade de avaliar o conhecimento – e, por fim, aqueles que adotam um método imanente – Chalmers assim o nomeia, 'adotar padrões implícitos nas atividades bem sucedidas'.

matéria prima desta emergente ciência, seriam produto de um passado. A história seria estranha ao tempo presente, independente do tempo presente.

É certo que muitos são os que, contemporaneamente, confundem a crítica a esta historiografia tradicional com um abandono da idéia de que a história é um campo do saber cujo objeto seja propriamente o passado. Terrível engano daqueles que, acreditando estar se desvencilhando de uma perspectiva teórico-metodológica, arremessam pela janela, junto com esta, o próprio campo no qual tantas teorias e metodologias se inscreveram.

Diga-se, entretanto, que é pela figura do historiador, como uma espécie de intermediário avaliador, que os fatos ou acontecimentos deveriam se inscrever na história. Mas, não que ele desempenhasse um papel constituidor, criador, ele deveria ser tão somente uma espécie de guardião que determinaria os que entravam e os que deveriam permanecer no limbo. Numa operação como esta os fatos mantinham uma certa independência em relação aos meios, para ser mais explícito, um grau de autonomia em relação ao historiador.

O acontecimento na sociedade da informação

Há, entretanto, como fenômeno, ainda, do século XIX, o delineamento de novas condições sociais, que contribuirão para a criação de uma nova estufa do fato: os *mass media*.

A difusão de uma grande imprensa com tiragens cada vez maiores, o alargamento do campo de leitores, a instrução obrigatória e a erradicação do analfabetismo, a urbanização e o desenvolvimento e disseminação do aparato tecnológico da informação: o caso Dreyfus como a primeira irrupção de um acontecimento moderno, ele seria, portanto, o exemplo icônico desta nova situação.

‘A imprensa, rádio, imagens, não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência’ (NORA:1988, p. 181]. O fato de algo ter acontecido não é condição para torná-lo histórico, agora, será através do conhecimento, agenciado pelo *mass*

media, que se dotará os fenômenos da estatura do extraordinário. Importantes rupturas são operadas:

1. A produção dos fatos e acontecimentos escapam ao controle daqueles que até então a eles haviam se dedicado, os historiadores. O acontecimento se oferece ao historiador do exterior.
2. A informação remetia a um fato da realidade que lhe era estranho, independente.
3. Antes, havia a necessidade do extraordinário para que houvesse acontecimento, hoje ele próprio é o sensacional.
4. A significação intelectual do acontecimento se esvaziou em favor de sua virtualidade emocional.
5. A publicidade é a lei de bronze do acontecimento.
6. Os fatos e acontecimentos passam a integrar o campo do vivido, ou em outras palavras, as estruturas do tempo presente.
7. Os *mass media*, não criam artificialmente os acontecimentos, mas criam uma espécie de necessidade voraz por eles.
8. Multiplicar o novo, fabricar o acontecimento, degradar a informação, constituem o universo da contemporaneidade.

Os elementos apontados por Nora são, por si só, suficientes para colocar em alarme o ofício do historiador. E, ao mesmo tempo, o que nos permite re-propor a problematização em torno do fato sob um outra ótica.

Historiador do presente versus historiador do passado

Os acontecimentos, sobre os quais os historiadores não tem nenhum poder, obedecem a regularidades, a regularidade no extraordinário, que dão aos fenômenos mais longínquos um grau de parentesco. A unicidade, para que se torne ininteligível, postula sempre a existência de uma série que a novidade faz surgir. Agora, o historiador, faz, conscientemente, surgir o passado no presente, em vez de fazer, inconscientemente, surgir o presente do passado.

Os historiadores do passado – Nora os designa de positivistas – consideravam o presente como dotado de uma imperfeição de princípio, o acontecimento, para eles, estava sepultado no passado, a historiografia moderna negou a importância deste último, agora que o acontecimento retorna – um outro acontecimento – se estabelece uma nova possibilidade, o de uma história propriamente contemporânea.

Até que esta história se constitua, o historiador do presente se encontra tão desprovido quanto o historiador do passado.

Palavras são palavras nada mais que palavras

Se a filosofia nunca foi capaz de transcender a linguagem, ou seja, se ela nunca deixou de ser uma filosofia da linguagem, a história nunca conseguiu ir além de uma historiografia da linguagem. Historicizam-se palavras, testemunhos, imagens e oramos fervorosamente para que eles expressem o passado: não se faz história do passado, mas, isto sim, uma história das linguagens do passado.

Representamos o mundo por meio de signos, símbolos gráficos, linguagens e não se é capaz de ir além deles. Estamos constrangidos a admitir que 'no princípio era o verbo'.

A repercussão da pós-modernidade na história trouxe, para a cena principal, a linguagem. De tal modo que tanto o historiador moderno quanto o pós-moderno são chamados a responder ao problema da relação entre história e linguagem.

Recebido em: 07/09/2010

Aceito em: 20/12/2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMER, Franklin. **O pensamento Europeu moderno**. Trad. Maria Manuela Alberty. Lisboa:Edições 70, 1977.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro:Jorge Zahar, 2001.
- CARR, E. H.. **Que é história**. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1980.
- CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo:Edunesp, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Trad. Antonio Fernando Cascais & Edmundo Cordeiro. Lisboa:Passagens, 1992.
- GAY, Peter. **O estilo na história**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo:Companhia das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica e prova**. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo:Companhia das Letras, 2002.
- JENKINS, Keith. **A História Repensada**. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NIETZSCHE, F. **Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- _____. **Obras Incompletas**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- NORA, Pierre. 'O retorno do fato' in: **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1988.
- ROSSET, Clément. **O princípio de crueldade**. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. **A anti-natureza: elementos para uma filosofia trágica.** Trad. Getúlio
Puell. Rio De Janeiro:Espaço e Tempo, 1989.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões.** São Paulo:Martin Claret, 2002.

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da
erudição.** Trad. Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo:Edunesp, 2006.

WHITE, Hayden. "Teoria literária e escrita da história" in: **Revista Estudos
Históricos**, trad. Dora Rocha, volume 7, número 13, Rio de Janeiro:1991, [p. 21-48].